

Ecoban Ambiental S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 266A3-011-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	4
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da ECOBAN Ambiental S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente.

A ECOBAN Ambiental S.A., “ECOBAN” legalmente constituída em 17 de janeiro de 2008, tem como objetivo a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção. Também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em diversos serviços tendo como principais, o aluguel de bens móveis e imóveis e a consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com apresentação de relatórios, laudos e pareceres.

Os investimentos em imóveis e veículos destinados à obtenção de receitas com locações de bens, juntamente com as consultorias que são realizadas na exploração econômica do Biogás, produzido pelo Aterro Sanitário Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL, complementam as receitas de prestação de serviços.

A Administração agradece aos seus acionistas, diretores, funcionários, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiros comerciais pela confiança e pelo relacionamento sempre muito próximo.

São Paulo, 11 de junho de 2026.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Ecoban Ambiental S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ecoban Ambiental S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com parte relacionada

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, aproximadamente 100% das receitas da Companhia ocorrem com um único cliente (parte relacionada), o que indica dependência operacional e financeira da Companhia para a continuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

Ecoban Ambiental S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.252	8.081	11.258	8.087
Impostos a recuperar	-	25	4	25	4
Outros créditos	-	37	47	37	47
Total do ativo circulante		11.314	8.132	11.320	8.138
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	11	1.622	5.340	1.622	5.340
Investimento	5	216	216	-	-
Imobilizado	6	24.264	24.528	24.264	24.528
Intangível	7	-	-	210	210
Total do ativo não circulante		26.102	30.084	26.096	30.078
Total do ativo		37.416	38.216	37.416	38.216
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.					

Ecoban Ambiental S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	8	58	24	58	24
Salários e obrigações sociais	9	132	133	132	133
Obrigações tributárias	10	447	277	447	277
Dividendos a pagar	12.2	4.200	-	4.200	-
Outras obrigações	-	1	1	1	1
Total do passivo circulante		4.838	435	4.838	435
Passivo não circulante					
Dividendos a pagar	12.2	7.507	-	7.507	-
Tributos diferidos	-	184	98	184	98
Total do passivo não circulante		7.691	98	7.691	98
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	12	21.714	21.714	21.714	21.714
Reserva legal	-	1.823	1.505	1.823	1.505
Reservas de lucros	-	1.350	14.464	1.350	14.464
Total do patrimônio líquido		24.887	37.683	24.887	37.683
Total do passivo e patrimônio líquido					
		37.416	38.216	37.416	38.216

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ecoban Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	8.444	10.482	8.444	10.482
Custos dos serviços prestados	14	(1.624)	(1.345)	(1.624)	(1.345)
Lucro bruto		6.820	9.137	6.820	9.137
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	14	(192)	(569)	(192)	(569)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	15	(5)	1	(5)	1
		(197)	(568)	(197)	(568)
Lucro antes do resultado financeiro		6.623	8.569	6.623	8.569
Resultado financeiro líquido	16	1.043	215	1.043	215
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.666	8.784	7.666	8.784
Contribuição social	17	(354)	(375)	(354)	(375)
Imposto de renda	17	(960)	(1.018)	(960)	(1.018)
		(1.314)	(1.393)	(1.314)	(1.393)
Lucro do exercício		6.352	7.391	6.352	7.391
Lucro por ação		0,26	0,20	0,26	0,20

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ecoban Ambiental S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	6.352	7.391	6.352	7.391
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	6.352	7.391	6.352	7.391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ecoban Ambiental S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		21.714	1.135	7.443	-	30.292
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.391	7.391
Reserva legal	12.2	-	370	-	(370)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.021	(7.021)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		21.714	1.505	14.464	-	37.683
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.352	6.352
Distribuição de dividendos conforme RCA	12.2	-	-	(14.464)	-	(14.464)
Distribuição de dividendos intercalares conforme RCA	12.2	-	-	-	(4.684)	(4.684)
Reserva legal	12.2	-	318	-	(318)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.350	(1.350)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		21.714	1.823	1.350	-	24.887

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ecoban Ambiental S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/012/2024	31/12/2025	31/012/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.352	7.391	6.352	7.391
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações				
Depreciação	654	387	654	387
Receitas financeiras	(1.044)	(546)	(1.044)	(546)
Resultado na baixa do ativo imobilizado	239	-	239	-
	6.201	7.232	6.201	7.232
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	1.019	650	1.019	650
Outros ativos	3.732	(120)	3.732	(120)
Salários e obrigações sociais	-	53	-	53
Fornecedores	34	-	34	-
Obrigações tributárias	(50)	(644)	(50)	(644)
Imposto de renda e contribuição social	306	200	306	200
Caixa gerado nas atividades operacionais	11.242	7.371	11.242	7.371
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(629)	(1.140)	(629)	(1.140)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(629)	(1.140)	(629)	(1.140)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos	(7.442)	-	(7.442)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(7.442)	-	(7.442)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.171	6.231	3.171	6.231
No início do período	8.081	1.850	8.088	1.857
No fim do período	11.252	8.081	11.259	8.088
Redução de caixa e equivalentes de caixa	3.171	6.231	3.171	6.231

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional e informações gerais

A Ecoban Ambiental S.A., “Ecoban” ou “Companhia” é uma sociedade por ações de capital fechado.

A Companhia foi constituída em 17 de janeiro de 2008, tendo como objetivo a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção, e também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em: **(a)** Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; **(b)** Operação e manutenção de Aterro Sanitário que tenha sido devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; **(c)** Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo séptico em equipamentos e instalações que tenham sido devidamente licenciados pelo órgão ambiental; **(d)** Prestação de serviços de varrição manual de ruas; **(e)** Prestação de serviços de varrição mecanizada de ruas; **(f)** Prestação de serviços de limpeza e lavagem de feiras; **(g)** Prestação de serviços diversos e capina de escolas; **(h)** Participação em outras sociedades; **(i)** Aluguel de bens imóveis e móveis, tais como: veículos, máquinas, equipamentos em geral; **(j)** Prestação de serviços de consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com apresentação de relatórios, laudos e pareceres.

As consultorias que foram realizadas na exploração econômica do Biogás e consultoria nas certificações de créditos de carbono produzidos pelo Aterro Sanitário CTL geram as receitas de prestação de serviços.

A Ecoban com a aquisição do controle acionário da Toll Participações S.A., está buscando parcerias com empresas de limpeza urbana e oferecerá serviços de assessoria técnica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Ecoban no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As questões que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Ecoban em 11 de junho de 2026.

2.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas das demonstrações contábeis da Empresa e sua controlada TOLL Participações S.A em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 conforme segue:

Participação no capital social total da controlada, conforme ordem de constituição

	Perfil	2025	2024
Toll Participações S.A.	SCP	100%	100%

A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. As demonstrações contábeis da controlada é elaborada para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas são eliminadas por completo nas demonstrações contábeis consolidadas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da EcoUrbis. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Continuidade operacional

A administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

2.5. Informações materiais da política contábil

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – Instrumento de dívida; ao VJORA – Instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos serviços prestados de acordo com os Contratos no decurso normal das atividades da Ecoban. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda ao ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados tendo em vista que a sua vida útil é indefinida. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Vida útil do ativo imobilizado utilizado em 2025 e 2024, estão apresentados a seguir:

	Anos
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Veículos	04
Equipamentos de informática	05
Benfeitorias em bens de terceiros	05

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa “f”).

Os resultados das alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

d) Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos pela Companhia, registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização que é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

e) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Se o prazo de realização é igual a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário são classificados no ativo não circulante.

f) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa [UGC]). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações contábeis anuais.

g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor atualizado é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h) Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeitos relevantes.

k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária vigente, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis anuais. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando as alíquotas dos tributos vigentes, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos sobre a renda incidentes pela mesma autoridade tributável.

l) Receita operacional**i) Receita de serviços**

A receita operacional, a receita acessória e as demais receitas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, quando incorridas e auferidas, respectivamente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

m) Relação de entidade controlada

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2025 abrangem a controladora e a controlada Toll Participações S.A.

	Porcentagem de participação		Porcentagem de participação	
	Controle	31/12/2025	Controle	31/12/2024
TOLL Participações S.A.	Direto	100%	Direto	100%

n) Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia realiza estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão idênticas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são as seguintes:

i) Perdas por impairment

Anualmente a Companhia verifica se há evidências de que algum ativo ou grupo de ativos tenha se deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativo que pode ser estimado de maneira confiável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas para justificar o registro de perdas por *impairment*, em seu grupo de imobilizado.

ii) Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências

A avaliação da probabilidade de perdas com ações judiciais e outros riscos fiscais e trabalhistas, bem como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando o pedido dos reclamantes, os riscos associados, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Em 2025, não foram identificadas evidências objetivas para justificar o registro de perdas.

3. Novas normas e pronunciamentos contábeis emitidos

Normas vigentes em de 1º de janeiro de 2025

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações IAS 21/CPC 02 (R3) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de informações contábeis**

As modificações implementadas exigirão informações mais úteis sobre quando uma determinada moeda não puder ser trocada por outra. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não se aplicam à Companhia.

- **Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Informações contábeis consolidadas**

Não são esperados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia em decorrências das alterações propostas.

- **OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) – Apresentação e divulgação das informações contábeis**

A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados pelas entidades na origem ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Não foram identificados impactos significativos para este OCPC10.

A Companhia não identificou outras normas ou alterações de normas IFRS ou interpretações IFRIC que estejam em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as informações contábeis. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma outra norma.

Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

• IFRS S1 e IFRS S2

Resolução CVM Nº 193 de 20 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e com o clima, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Adoção é voluntária a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024, sendo obrigatória a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

• IFRS 18 – Apresentação e divulgação das informações contábeis

As alterações propostas têm por objetivo dar maior consistência na apresentação e divulgação das informações contábeis, por meio de informações que possam permitir aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. Entre as principais alterações, estão: **(i)** novas categorias e subtópicos na demonstração dos resultados: operacional, investimento e financiamento; **(ii)** divulgação em notas explicativas sobre métricas não contábeis (EBITDA); e **(iii)** apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

• IFRS 7 e IFRS 9

Alterações emitidas pelo IASB em 30 de maio de 2024, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros; e à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações. Entre as alterações que seriam aplicáveis para todas as entidades, destacam-se são: (a) data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; **(b)** novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características ligadas à concretização de metas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG); e **(c)** atualizar as divulgações para instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia avaliou as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	1	7	7
Bancos	220	20	220	20
Aplicações financeiras	11.031	8.060	11.031	8.060
Total	11.252	8.081	11.258	8.087

As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em ativos de renda fixa, com remuneração atrelada à variação de 95% do CDB. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

5. Investimento

TOLL Participações S.A.	31/12/2025	31/12/2024
Participação (%)	100%	100%
Patrimônio líquido	216	216
Lucro (prejuízo) do período	-	-
Equivalência patrimonial	-	-
Valor do Investimentos	216	216

Administração da ECOBAN, tem 100% do controle acionário da empresa Toll Participações S.A., que é detentora de acervos técnicos em limpeza urbana que possibilitará a Ecoban participar ou criar parcerias com empresas em concorrências públicas bem como prestar consultorias a contratos que prestam serviços em limpeza urbana.

6. Imobilizado

Controladora e consolidado

Descrição	Taxas de depreciação (%)	Custo	(-) Depreciação e acumuladas	Imobilizado líquido	
				31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	-	17.470	-	17.470	17.470
Edifícios	4%	6.512	(958)	5.554	5.814
Móveis e utensílios	10%	11	(4)	7	99
Benfeitorias em bens de terceiros	20%	123	(123)	-	11
Veículos	25%	1.619	(402)	1.217	1.107
Equipamentos de informática	20%	35	(19)	16	27
Total	-	25.770	(1.506)	24.264	24.528

	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2025
Terrenos	17.470	-	-	-	17.470
Edifícios	5.814	-	-	(260)	5.554
Móveis e utensílios	99	-	(90)	(2)	7
Benfeitorias em bens de terceiros	11	-	-	(11)	-
Veículos	1.107	629	(146)	(373)	1.217
Equipamentos de informática	27	-	(3)	(8)	16
Total	24.528	629	(239)	(654)	24.264

	31/12/2023	Adições	Depreciações	31/12/2024
Terrenos	17.470	-	-	17.470
Edifícios	6.074	-	(260)	5.814
Móveis e utensílios	111	-	(12)	99
Benfeitorias em bens de terceiros	84	-	(73)	11
Veículos	-	1.141	(34)	1.107
Equipamentos de informática	35	-	(8)	27
Total	23.774	1.141	(387)	24.528

Em 2025, não foram identificadas pela Administração, evidências para justificar o registro de perdas por *impairment* em seu grupo de imobilizado.

7. Intangível

Consolidado Descrição	Custo	(-) Perda estimada por valores não recuperáveis	Intangível líquido	
			31/12/2025	31/12/2024
Acervo Técnico - TOLL Participações S.A.	210	-	210	210
Total	210	-	210	210

Em 2025, não foram identificadas pela Administração, evidências para justificar o registro de perdas por *impairment* em seu grupo de intangível.

8. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	58	24	58	24
Total	58	24	58	24

9. Salários e obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	23	25	23	25
Provisão de férias e encargos	56	70	56	70
Provisão para participação nos resultados	38	23	38	23
Encargos sociais a recolher	15	15	15	15
Total	132	133	132	133

10. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de IRPJ e CSLL	306	200	306	200
ISSQN a recolher	87	34	87	34
PIS e Cofins a recolher	41	29	41	29
IRRF a recolher	12	14	12	14
Outras obrigações	1	-	1	-
Total	447	277	447	277

11. Partes relacionadas

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
EcoUrbis Ambiental S/A	1.622	671	1.622	671
Urape Empr. e Participações Ltda.	-	4.669	-	4.669
Total	1.622	5.340	1.622	5.340

	Receitas com serviços			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com serviços				
EcoUrbis Ambiental S/A	9.019	10.589	9.019	10.589
Total	9.019	10.589	9.019	10.589

As receitas são provenientes de locações de equipamentos e assessoria técnica, na captação de biogás, realizados nas dependências do aterro sanitária CTL, administrado pelo EcoUrbis.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 2025, o capital social integralizado foi de R\$ 21.714 (vinte e um milhões, setecentos e quatorze mil reais), representado por 21.714.404 (vinte e um milhões, setecentas e quatorze mil, quatrocentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

12.2. Distribuição de dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a 25% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, como dividendo mínimo obrigatório, o saldo, permanecerá como reserva de retenção de lucros e terá sua destinação na Assembleia Geral Ordinária.

Em 2025, a administração distribuiu dividendos aos seus acionistas, ao ano de 2023 no montante de R\$ 7.442 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais), foram pagos em fevereiro de 2025, referente ao ano de 2024 de R\$ 7.023 (sete milhões e vinte e três mil reais), e os dividendos intercalares de R\$ 4.684 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais), apurados em novembro de 2025, serão pagos de acordo com a capacidade de caixa com previsão de serem liquidado até o ano de 2028, o saldo dos lucros apurados em 2025 de R\$ 1.350 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais) ficarão em reserva de retenção de lucros até que seja definido a sua utilização em AGO a ser realizada em 2026.

13. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com serviços	9.019	11.311	9.019	11.311
Deduções da receita bruta				
(-) ISS	(246)	(416)	(246)	(416)
(-) PIS	(59)	(74)	(59)	(74)
(-) Cofins	(270)	(339)	(270)	(339)
Receita operacional líquida	8.444	10.482	8.444	10.482

14. Custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

	Controladora e Consolidado			
	Custo		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(723)	(663)	4	(241)
Serviços de terceiros	(250)	(349)	(39)	(54)
Depreciações	(634)	(291)	(20)	(96)
Aluguéis	-	-	(49)	(119)
Seguros	(1)	(7)	(41)	(14)
Outros	(18)	(35)	(47)	(45)
Total	(1.624)	(1.345)	(192)	(569)

15. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Controladora e consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas (despesas) líquidas				
Venda de ativos imobilizados	231	-	231	-
Outras receitas operacionais	3	1	3	1
Perda com ativos imobilizados	(239)	-	(239)	-
Total	(5)	1	(5)	1

16. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Ganhos com aplicações financeiras	1.020	514	1.020	514
Juros com contrato de mútuo	25	33	25	33
Total	1.045	547	1.045	547
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	-	(309)	-	(309)
Imposto sobre operações financeiras	-	(1)	-	(1)
Outras	(2)	(22)	(2)	(22)
Total	(2)	(332)	(2)	(332)
Resultado financeiro líquido	1.043	215	1.043	215

17. Impostos de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta	9.019	11.311
Presunção do Lucro - %	32%	32%
Presunção do Lucro	2.886	3.620
Efeito do Cut off de Receita	(321)	(37)
Rendimento de Aplicação financeira	1.020	514
Demais Receitas	279	1
Base de cálculo dos Tributos	3.864	4.097
Contribuição social. (9%)	(348)	(369)
Imposto Renda (25%)	(966)	(1.024)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.314)	(1.393)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratadas principalmente aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

A “Política de aplicações financeiras” estabelecida pela Administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

Empréstimos e financiamentos

As operações são registradas de acordo com os dispositivos previstos nos contratos celebrados com as instituições financeiras, levando-se em consideração principalmente se as taxas de juros foram pactuadas dentro do que se espera da prática de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidades de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência e é continuamente monitorada.

Risco de juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI e IPCA). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

19. Seguros (não auditado)

A Administração da Ecoban possui política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais contemplava cobertura para danos materiais e riscos relacionados a responsabilidade cível em geral.

20. Transações que não impactam caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificadas atividades que não envolveram seu caixa e equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar - Passivo circulante	4.200	-	4.200	-
Dividendos a pagar - Passivo não circulante	7.507	-	7.507	-
Dividendos distribuídos - Patrimônio líquido	(11.707)	-	(11.707)	-

21. Eventos subsequentes

Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2026, houve alteração na composição da Diretoria da Ecoban Ambiental S/A. Nesse sentido, a partir de 13 de maio de 2026, foi eleito para o cargo de Diretor o Sr. Bruno Amorim Florêncio Pereira, com mandato até 12 de maio de 2029, em substituição ao Sr. Daniel Helou.

* * *

Conselho Fiscal**Conselho de Administração****Diretoria executiva**

Rogério Calazans de Freitas
Diretor Presidente

Renato Alcantara Gusmão
Gerente de Contabilidade
CRC-CT. 1SP133123/O-1